

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Org.). *Formas de resistência camponesa: viabilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. Vol. 1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Ed. da UNESP: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008. 352p.

Andrey Minin Martin*

A problemática do direito à terra, a concentração fundiária em nosso país e as distintas concepções de justiça e formas de resistência camponesa são alguns dos temas que norteiam esse trabalho.

Organizado por Márcia Mota e Paulo Zarth, professores, respectivamente, da UFF e da Unijuí, este vem a ser o primeiro volume de uma coletânea intitulada *Formas de resistência camponesa: viabilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, parte integrante da coleção *História do campesinato no Brasil*. Esta publicação conta com a parceria da Editora Unesp com o NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

Dividido em quinze capítulos, o conjunto de artigos resulta de pesquisas desenvolvidas em todo o território brasileiro por diversas universidades, possibilitando apreender diferentes experiências sobre o campesinato em diferentes momentos da história do Brasil. As formas de organização, de vida e de luta, a violência e repressão que fizeram parte da maioria dos movimentos analisados pelos autores e que muitas vezes são omitidas pela justiça e esquecidas por parte da imprensa, são aqui estudadas na busca de compreender como estes sujeitos, desde o século XVIII até o século XX, lutaram pelo seu direito à terra.

Os estudos sobre o Brasil-Colônia e o Brasil-Império apresentam as faces das estratégias, a violência e as mentalidades de justiça e rebeldia presentes na vida destes camponeses ao longo dos séculos XVIII e XIX. Isto é apresentado de forma bastante relevante nos dois primeiros capítulos da obra, referentes ao período colonial, nos quais Luciano Figueiredo e Helen Osório, tendo respectivamente como pano de fundo o sertão de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, pontuam como, em cada um dos casos, estes homens e mulheres do campo se revoltaram contra situações repressivas que lhes eram impostas, como cobranças

* Mestrando em História pela Universidade Estadual de Maringá-UEM, linha de Pesquisa Política e Movimentos Sociais. Orientador: Ângelo A. Priori. Bolsista CAPES.

tributárias abusivas sobre os lavradores, camponeses pobres e lavradores-pastores (Sul do País), expulsões e uma brutal violência física, que resultava na rebelião e resistência por parte destes grupos.

De relevância similar, constrói-se o estudo de Mário Maestri e Adelmir Fiabani, que adentra ambos os períodos – o colonial e o do Império - para investigar as relações que se estabeleciam entre os quilombos e as atividades referentes à horticultura, associadas a caça, pesca e extrativismo, que predominavam na maioria dos quilombos. A existência de fontes como a documentação produzida pelas forças policiais e militares, que, em meio a sua obrigação de sobrepujar os quilombos rurais, acabaram por deixar descrições sobre estas comunidades, contribui para a compreensão dos modos de vida e trabalho destes grupos, seus roçados, instrumentos de produção, assim como alguns gêneros que eram plantados. A partir de algumas destas fontes e da historiografia especializada, Maestri e Fiabani discutem as relações que se estabeleciam neste meio, suas raízes históricas e o modo como, a partir desta produção, construíram-se relações com o circuito comercial escravista, em que “escoavam parte de sua produção excedente, a fim de comprar-escambar aquilo que não podiam ou não queriam produzir” (p. 64).

Sem perder o leque diversificado de investigações e interpretações, a obra adentra os caminhos do século XIX e a formação do Império do Brasil, fato este que não veio a alterar a estrutura fundiária imperante nem mesmo dinamizar as revoltas e violências presentes no campo brasileiro. Assim se apresentam na obra artigos cuja discussão esboça as lutas de pobres do campo ante a conquista de terras, suas estratégias, os despejos judiciais que tais empreitadas sofriam, assim como a mediação de forças entre os agentes em conflito, que na maioria das vezes recaía violentamente contra os camponeses. Tais discussões ficam elucidadas, por exemplo, nos trabalhos de Elione Guimarães sobre a região de Juiz de Fora, Minas Gerais, e Graciela Bonassa Garcia, no Rio Grande do Sul. Neste primeiro caso, é interessante ressaltar o cuidadoso trabalho de consulta às fontes realizado pela autora, observando minuciosamente a riqueza contida em cada relato, em cada fonte, além de nos apresentar uma documentação valiosa para o estudo da história imperial.

O caráter dinâmico do processo de denominação e análise da terminologia associada ao homem do campo é o foco do trabalho de Márcia Mota. Busca desnudar como a noção de posseiro foi construída

historicamente para definir o invasor, opondo-se à noção de sesmeiro. A partir de relatórios de presidentes da Província do Rio de Janeiro, entre 1836 e 1850, busca entender como tal construção se associa ao mito do invasor, observando como a ação de tomar posse “imprimiu uma divisão nesta categoria social” (p. 99). Tal discussão é profícua para compreendermos como historicamente se consolidou a visão patrimonialista acerca da propriedade e da ocupação de terras no Brasil.

No capítulo 7º, Magda Ricci apresenta um estudo sobre o Pará e como se construiu neste cenário o movimento da Cabanagem, percebido pela autora como um movimento centrado nas “experiências de classe que se constituíram temporalmente em uma associação entre práticas culturais herdadas e aquelas partilhadas pelos cabanos ao longo de sua saga revolucionária” (p. 156). Desta forma, sua visão sobre tal movimento nos faz compreender a Cabanagem como movimento plural e diversificado, composto por relações de poder construídas por uma diversidade social e cultural.

Compondo uma trajetória de movimentos deste período, a obra traz uma refinada análise sobre a Balaiada e seus caminhos em duas regiões do país, Maranhão e Piauí, desenvolvendo uma discussão que aborda a resistência camponesa em ambos os locais, suas relações com a classe dominante e como se construiu uma visão conservadora que os qualificava como bandidos, sanguinários e facínoras, não sendo possuidores de nenhum ideal. Por isso, Mathias Assunção e Claudete Dias, em ambos os capítulos, apresentam contrapontos para se pensar a Balaiada como movimento de resistência camponesa contra determinados abusos sociais, como os abusivos recrutamentos forçados, salientando clara posição política contrária à elite e com objetivos bem definidos.

É de ressaltar o diálogo bem-estabelecido nos trabalhos sobre estas regiões do Norte e Nordeste, buscando enfatizar como estes movimentos ganharam representatividade em cada região, assim como as relações que possivelmente se estabeleciam, pontuadas por Claudete Dias. O mesmo se apresenta no capítulo trabalhado por Maria Verônica Secreto, que, abordando as revoltas populares nordestinas, revela aspectos importantes de algumas das principais motivações de rebeldia camponesa, mostrando como estes sujeitos expressaram suas contestações contra a imposição de novos padrões métricos de pesos e medidas, por exemplo.

Canudos e Contestado se mantêm vivos na abordagem de Eli Napoleão, Paulo Machado e Tarcísio de Carvalho. São trabalhados elementos como a repressão da classe dominante, o processo de concentração de terras e a luta sertaneja, de forma que contribuem para repensar os (des) caminhos que compõem a história destes que são alguns dos principais conflitos do Brasil, seus atores, a violência que marcou a vida destes grupos e como direitos e costumes foram por eles defendidos.

Já em fins da obra, apresentam-se dois trabalhos que analisam as primeiras décadas da República, os quais evidenciam a continuidade das lutas camponesas assim como a manutenção de um poder oligárquico. Tais questões, tão latentes no período, são analisadas por William Gaia no artigo denominado *A revolta do Capim*, no qual desnuda as relações conflitivas entre os camponeses paraenses e o governo vigente, que reprimiu qualquer manifestação contrária às suas decisões. No outro extremo do país repercutia a atuação do governo rio-grandense no processo colonizador, na aba da influência de coronéis e funcionários públicos que mantinham relações diretas e indiretas com tais governantes e com os colonos imigrantes e camponeses, estes últimos chamados então de caboclos - tema apresentado no trabalho de Márcio Both.

Desde o século XVIII - e não somente a partir daí - o campesinato vem participando das principais transformações políticas, econômicas e sociais do país, por meio de uma classe em movimento, que ao mesmo tempo em que se transforma, também é mecanismo fundante das transformações. Na luta contra uma estrutura fundiária que insistia em não se alterar e continuar nas mãos de poucos, como ocorreu na formação do Império, em 1822, e na implantação do regime republicano, em 1899, o campesinato se organizou e representou suas aspirações por meio das mais diversas formas de resistência.

Por isso, concordamos com os organizadores quando pontuam que os deserdados do processo de ocupação da terra “estão aí, revelando sua existência e resistência em múltiplas formas, no campo e na cidade. Não podemos simplesmente expulsá-los de sua própria história” (MOTA; ZARTH, 2008, p. 19).

Enfim, os artigos apresentados na obra buscam, a partir de diversas fontes primárias, evidenciar a necessidade de realizar pesquisas sobre os pobres do campo com a observação de suas transformações, com a finalidade de repensar muitas das visões que se consolidaram sobre o passado do campesinato.

Na análise de uma sociedade marcada pela escravidão, apresenta-se esta diversidade de formas de resistência do homem do/no campo, em busca de assegurar seus direitos de permanência e de contestação à ordem que os submete e oprime, por justiça e direito a um pedaço de chão.